



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br



PROJETO DE LEI

2023

Altera o inciso II do artigo 17; e art. 18 da Lei 3467, de 27 de abril de 2005, que dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bebedouro, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso II do artigo 17 da Lei 3467, de 27 de abril de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 (.....)

II - a contribuição dos segurados será de 14% (quatorze por cento) e incidirá sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

Art. 2º - O *caput* do artigo 18 da Lei 3467, de 27 de abril de 2005, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 - Os aposentados e os pensionistas, contribuirão com 14% (quatorze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social”

Art. 3º - Ficam revogados os incisos I a III do art. 18 da Lei 3467, de 27 de abril de 2005.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 09 de agosto de 2023

Lucas Gibin Seren
Prefeito Municipal

PROTOCOLO 46998/2023 - 09/08/2023 14:40 - PROCESSO 1374/2023



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br



Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 09 de agosto de 2023
OEP/219/2023

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei que Altera o inciso II do artigo 17 e art. 18 e da Lei 3.467, de 27 de abril de 2005, que dispõe sobre o plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bebedouro, e dá outras providencias.

A presente proposição é atinente a alteração de alguns artigos que estão em desacordo com a Emenda Constitucional 103/2019.

O projeto de lei em questão se faz necessário devido a imposição constitucional, contida no art. 9º, §3º §4º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Antes da Emenda Constitucional 103/2019, o art. 149, § 1º da Constituição Federal estabelecia que “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota **não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União**”.

No entanto, após a publicação da Emenda, **a norma acima mencionada foi revogada em seu inteiro teor.**

A previsão de que as alíquotas fossem de 11% (onze por cento) nos moldes do de é aplicado hoje, constam no art. 4º, 5º e 6º da Lei Federal 10.887/04.

Como é do conhecimento público, a Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, não excluiu os Estados, Municípios e seus Regimes Próprios de Previdência Social das diversas alterações que estão sendo promovidas, mas apenas não são alcançados automaticamente pelas modificações nas regras de concessão dos benefícios previdenciários (aplicáveis apenas ao RPPS da União).

Com efeito, impôs a todos a adequação de determinados pontos, dentre os quais no que tange às alíquotas de contribuição previdenciária conforme disposto no § 4º do art. 9º.

É importante destacar que a alíquota dos servidores estaduais, distritais e municipais continua não podendo ser inferior à do servidor federal (**§4º, art. 9º da EC 103**).

Art. 9º (...)

§ 4º. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da

PROTOCOLO 46998/2023 - 09/08/2023 14:40 - PROCESSO 1374/2023



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br



União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social. (grifamos)

Por sua vez, o artigo 11 da EC prevê que, até que seja editada a alíquota previdenciária prevista na lei 10.887/2004, a alíquota será de **14% (quatorze por cento)** aos servidores da União.

Art. 11. Até que entre em vigor lei que altere a alíquota da contribuição previdenciária de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, esta será de 14% (quatorze por cento).

Logo, o dispositivo acima citado ilustrou que até que nova lei altere o antigo dispositivo a **nova alíquota será de 14% (quatorze por cento) e deverá ser promovida por lei local**, observado o prazo estabelecido no inciso I do art. 36 da EC, seguindo o parâmetro estabelecido para os servidores federais.

Sendo assim, a definição de que a alíquota seja de 14% (quatorze por cento) não é uma decisão discricionária do Município, mas deve seguir os ditames legais que foram estabelecidos pela Emenda Constitucional 103/2019.

O novo comando constitucional é claro e inconteste quando determina a majoração das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores ativos, dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social para o patamar de 14% (quatorze por cento).

Lado outro, na medida em que a contribuição previdenciária dos servidores ativos, dos aposentados e pensionistas possui natureza jurídica de tributo, sua majoração deve ser realizada mediante o manejo da lei municipal, sem embargo da obrigatoriedade do cumprimento do princípio da noventena, ou anterioridade nonagesimal.

Destarte, a proposição trata de adequar a legislação municipal aos novos parâmetros constitucionais estabelecidos para as contribuições previdenciárias dos servidores ativos, dos aposentados e pensionistas, medida de adoção imediata sob o ponto de vista da sustentabilidade e do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município.

De outro lado, cumpre dar ciência que no relatoria de fiscalização das contas do exercício de 2021, do SASEMB, TC 003014.989.21-4, no item E.1, o tribunal questiona o atendimento aos dispositivos da Emenda Constitucional n. 103, de 2019:

“Item E.1 – ATENDIMENTO AOS DISPOSITIVOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 103, 2019.

- Não houve o ajuste da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores para , no mínimo de 14% e não foi adotada alíquota progressiva.

PROTOCOLO 46998/2023 - 09/08/2023 14:40 - PROCESSO 1374/2023



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br



Repise-se-se uma vez mais que, em 05 de junho de 2020, o Executivo encaminhou à Câmara Municipal Projeto de Lei n 24/20, para majoração da alíquota, o qual foi conduzido à votação em 10 de agosto de 2020, sendo rejeitado”.

Com efeito, a aprovação da presente proposição é medida necessária e que se coloca de forma imediata, de maneira a propiciar a demonstração do cumprimento das normas constitucionais.

Diante do exposto, em se tratando de Projeto de Lei de suma importância ao município e sua manifesta legalidade, solicitamos seja o mesmo apreciado em regime de urgência.

Atenciosamente

Lucas Gibin Seren
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
Dr. Edgar Cheli Junior
Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro
Bebedouro-SP.

PROTOCOLADO 46998/2023 - 09/08/2023 14:40 - PROCESSO 1374/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Bebedouro. Para verificar as assinaturas, clique no link: <http://177.21.38.106/Siave/documentos/autenticar?chave=P1D2D630KZ1MX238>, ou vá até o site <http://177.21.38.106/Siave/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: P1D2-D630-KZ1M-X238



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:46998/2023 - 09/08/2023 - 14:40 - P1D2-D630-KZ1M-X238